

Leonardo Benevolo

A ARQUITETURA NO NOVO MILÊNIO



LEONARDO BENEVOLO

A ARQUITETURA NO NOVO MILÊNIO

Tradução
Letícia Martins de Andrade



Título original: *L'architettura nel nuovo millennio*

© Copyright 2006, Gius. Laterza & Figli SpA, Roma/Bari

© Copyright 2007, Editora Estação Liberdade, para esta tradução.

Preparação Isabella Marcatti

Revisão Estação Liberdade

Composição Johannes C. Bergmann / Estação Liberdade

Capa

Editores Angel Bojadsen e Edilberto Fernando Verza

*Nossos agradecimentos aos arquitetos Vasco Caldeira, Paulo del Negro e Henrique Reinach
pelas preciosas sugestões à tradução.*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

B413a

Benevolo, Leonardo, 1923-

A arquitetura no novo milênio / Leonardo Benevolo ; tradução

Leticia Martins de Andrade. - São Paulo : Estação Liberdade, 2007.

496 p. : il.

Tradução de: *L'architettura nel nuovo millennio*

Inclui índice

ISBN 978-85-7448-131-9

1. Arquitetura - 1990-. I. Título.

07-4224.

CDD: 720

CDU: 72

Todos os direitos reservados à

Editora Estação Liberdade Ltda.

Rua Dona Elisa, 116 | 01155-030 | São Paulo-SP

Tel.: (11) 3661 2881 | Fax: (11) 3825 4239

www.estacaoliberalidade.com.br

Sumário

9		Introdução
15	I	O campo da arquitetura no limiar do século XXI
31	II	A Europa. O quadro geral
33		1. <i>A conservação do património passado</i>
51		2. <i>A projeção do novo</i>
57	III	Os herdeiros da tradição moderna europeia
58		1. <i>Gino Valle (1923-2003)</i>
63		2. <i>Vittorio Gregotti (1927-)</i>
81		3. <i>Giancarlo De Carlo (1919-2005)</i>
98		4. <i>Rafael Moneo (1937-)</i>
117		5. <i>Álvaro Siza (1933-) e a Escola do Porto</i>
137	IV	Os inovadores da arquitetura europeia
138		1. <i>Norman Foster (1935-)</i>
154		2. <i>Richard Rogers (1933-)</i>
169		3. <i>Renzo Piano (1937-)</i>
188		4. <i>Jean Nouvel (1945-)</i>
203	V	Os pacientes e impacientes catadores de novidades e suas perspectivas
223		1. <i>O debate holandês</i>
247		2. <i>O grupo “Foreign Office”</i>
251		3. <i>A retomada da herança clássica francesa: Chaix e Morel</i>

259	VI	A arquitetura européia na convalidação do planejamento urbano e territorial
262		1. <i>A Alemanha</i>
265		a) <i>Berlim</i>
276		b) <i>Hamburgo</i>
278		c) <i>Frankfurt</i>
281		2. <i>A Itália</i>
292		3. <i>As grandes cidades européias</i>
301	VII	As pátrias européias fora da Europa
301		1. <i>Os Estados Unidos</i>
340		a) <i>As maiores cidades e o território</i>
347		b) <i>As intervenções no território</i>
353		2. <i>Os Estados do Commonwealth</i>
353		a) <i>O Canadá</i>
363		b) <i>A Austrália</i>
373	VIII	O Japão
407	IX	Os países em desenvolvimento
408		1. <i>A América Latina</i>
413		2. <i>Os antigos países comunistas</i>
414		3. <i>Os países muçulmanos</i>
426		4. <i>O Extremo Oriente</i>
426		a) <i>A China</i>
444		b) <i>A Índia</i>
455		5. <i>Nos últimos degraus do desenvolvimento</i>
457	X	Um olhar sobre as experiências emergentes no mundo
479		Índice onomástico
485		Índice toponímico

Introdução

A minha *História da arquitetura moderna*, escrita em 1960 e atualizada muitas vezes desde então, registrou em tempo real, como se diz, as sucessivas novidades na paisagem construída e no debate crítico, e continuará a fazê-lo, para completar a narrativa histórica da modernização da arquitetura do final do século XVIII em diante. Mas, no novo século, esse *work in progress* não basta para interpretar corretamente os acontecimentos que se desenrolam ao nosso redor.

Nos últimos dez anos do século XX, enquanto se desvalorizam as tendências contrapostas, reaparece com força a criação projetual aplicada a um lugar e a um artefato específico, distinta das invenções prenunciadas e replicáveis das décadas precedentes. Retorna assim, ao centro do debate recente, o ensino fundamental dos mestres dos anos 20, a busca da desvinculação entre necessidade e liberdade (o “racionalismo” dos CIAM¹ e o “multicolorido” de Gropius). Essa situação ajuda a considerar todo o decurso intermediário como um movimento unitário entre duas datas significativas também em campo histórico geral, 1919 e 1989, caracterizado por um equilíbrio especial entre ruptura polêmica com o passado e cálculo racional para o presente. No penúltimo capítulo daquele livro, “A saída da Modernidade”, o subcapítulo “A reabilitação da criação projetual” arrola as experiências inovadoras que se multiplicam após 1989 e ainda se presta a ser ampliado em futuro próximo, registrando as inovações “pacientes” e as “impacientes”, a contribuição ainda atual das experiências estilizadas e ecléticas surgidas nas décadas precedentes e assim por diante, sem modificar a visão histórica distanciada que caracteriza o restante do livro.

Mas o evento da retomada dos propósitos originais, que resistiram a todos os desvios do “século breve”², obriga ainda a considerar as enormes diferenças objetivas — que tornam o campo de trabalho atual completamente diverso daquele de partida — entre as duas guerras mundiais. A “pesquisa paciente” hoje se adentra em uma viagem nova, da qual é difícil dar uma descrição confiável e ainda mais prever

1. A sigla refere-se aos Congrès Internationaux d'Architecture Moderne. [N.T.]

2. O autor está citando o historiador inglês Eric Hobsbawm. [N.T.]

os desenvolvimentos. Para apanhar a novidade das experiências mais recentes é preciso, além de inseri-las em uma narrativa histórica longa, experimentar uma análise mais aproximada e provisória, separando-a do longo prelúdio narrado na *História da arquitetura moderna* e aceitando uma exposição fragmentária que corresponda a uma característica real sua.

Os cultores da arquitetura de hoje — que trabalham nesse campo, que se preparam para entrar nele ou que assistem como usuários e espectadores às modificações do ambiente circunstante — estão interessados sobretudo na atualidade. É um sinal dos tempos, que tem vantagens e desvantagens não mensuráveis; e é ainda prematuro comentar. Da divulgação das realizações contemporâneas cuidam principalmente as revistas, com comentários monográficos e ilustrações dotadas de um verdadeiro profissionalismo midiático, que estilizam e às vezes obscurecem os artefatos reais. Talvez, juntamente com as revistas, possa ser útil um balanço mais ponderado, que, também seguindo de perto a atualidade, exerça uma seleção crítica e não definitiva, e torne disponíveis os acontecimentos em uma perspectiva histórica em formação.

Este novo livro, que se alinha à *História da arquitetura moderna*, é intitulado *A arquitetura no novo milênio*. O título abandona o substantivo “história” e emprega um complemento que tem somente um significado cronológico. O livro poderia ser, também ele, atualizado periodicamente, e talvez com maior frequência, se eu ou qualquer outro conseguirmos.

Para apresentar e comentar os fatos novos, preferi manter a mesma veste editorial escolhida há meio século. Hoje, ela parece modesta e fora de moda, mas tem a vantagem de contrapor-se ao aparato publicitário corrente, que arrisca equiparar os produtos da arquitetura às imagens virtuais em crescente difusão. A confusão atual entre os dois cenários é provavelmente um perigo passageiro; as imagens virtuais têm agora o atrativo da novidade, destinado a atenuar-se com o tempo. Mas a arquitetura de hoje não tem nada a ganhar com essa mistura. Uma de suas tarefas principais é justamente defender a realidade, conservar a distinção entre a paisagem real em que se desenvolve a vida cotidiana e a paisagem virtual das aparências que os meios de comunicação de massa fabricam em medida crescente para o lazer. A ilusão faz parte do repertório arquitetônico desde sempre, mas em uma reconhecida relação de subordinação à realidade. Essa relação deve ser confirmada ou modificada depois de ter sido bem avaliada, não deixada na imprecisão.

O instrumental ilustrativo tem a ambição de ser realista e, sobretudo, didático. O modelo ideal, que sempre acompanhou os meus estudos, é *La nouvelle architecture* de Alfred Roth (1940), considerado na sua época “o Rolls-Royce dos livros de arquitetura”. Nele, a apresentação de cada edifício compreendia uma descrição tecnicamente precisa, gráficos redesenhados do conjunto e dos detalhes e um aparato de fotografias apropriadamente executadas. Hoje nenhum editor tem meios de confeccionar um Rolls-Royce, e nenhum autor estaria em condições de elaborar

ex novo as documentações sobre novidades tão numerosas, heterogêneas e que não param de chegar. Os textos e as imagens pretendem conduzir o leitor o mais próximo possível das realidades físicas descritas, adequando-se à medida de um livro que, da multiplicidade dos objetos descritos, extraia uma narrativa convincente. As imagens são de qualidade variável, incompletas, heterogêneas, quase todas de segunda mão. Mas como hoje há uma superabundância de imagens de todo tipo — nas revistas, nos livros, em apropositadas coleções de imagens, como o recente *Phaidon Atlas of Contemporary World Architecture*, nos web sites organizados pelos próprios arquitetos, que oferecem a documentação de seus trabalhos —, aqui elas têm uma função subsidiária: oferecem ao leitor leigo uma identificação sumária das obras tratadas, sugerem uma consulta das fontes especializadas e, melhor ainda, uma visita ao local, para apreciar diretamente a forma e o funcionamento dos artefatos.

Os julgamentos são provisórios e estão sujeitos a correções com o tempo. Para experiências singulares tão próximas, tanto os elogios quanto as críticas tornar-se-iam inevitavelmente presunçosos. Prefiro que a minha opinião resultasse da seleção pessoal dos projetistas e das obras incluídas ou excluídas. Os critérios da inclusão remetem a uma hipótese unitária, historicamente motivada, que, espero, seja convincente em seu conjunto, mais que nos particulares. Por outro lado, os motivos de exclusão são múltiplos, e convém simplesmente não mencioná-los (é também a decisão mais respeitosa: toda omissão pode ser considerada um esquecimento). Os fatos e as pessoas mencionados compõem um quadro que considero instrutivo. Outros fatos e outras pessoas também bastante conhecidos, ausentes neste livro, pertencem a outras perspectivas que hoje me parecem fracas e, sob tais circunstâncias, insignificantes. No futuro, e com maior distanciamento, se poderá fazer um balanço equilibrado, com base em motivos mais sólidos.

Para mim, foi um alento escrever este livro sem a obsessão pela completude que cabe aos estudiosos de história. Aproximando-se dos dias de hoje, a documentação torna-se sempre mais ampla e disponível, por meio da Internet, dos jornais, dos periódicos e dos outros instrumentos do mercado dos textos e das imagens. Durante este trabalho, as informações e as ilustrações literalmente chegaram por si; bastou-me — e bastará aos leitores — deixar abertos os canais de comunicação existentes. A sua superabundância, que dificulta uma avaliação de conjunto, permite-me avaliar e dosar livremente as indicações que devem ser transmitidas aos leitores. A amplidão dos capítulos e dos subcapítulos é um resultado não intencional, mas surgido *a posteriori* dos tempos da minha pesquisa. Em particular, o espaço preponderante dedicado à Europa, devido somente em parte ao meu conhecimento mais direto dos fatos, implica uma tese que desenvolvi ao longo do trabalho e que apresento aos leitores como uma conclusão pessoal: por uma série de razões, a busca da inovação adaptada aos lugares, que é a tendência basilar da nova fase mundial, é ainda hoje fundamentada principalmente nas tradições européias e tem seus

pressupostos na arrancada ocorrida aqui na terceira década do século XX. Provavelmente esse primado está para acabar. Os mestres arrolados no terceiro e no quarto capítulo, ainda inigualáveis, são todos antigos, e seus sucessores pertencem a todo o mundo globalizado de hoje, como parecem sugerir os últimos capítulos.

Os leitores considerem este livro uma contribuição pessoal do autor para abrir um diálogo com eles. Cabe a eles a tarefa de refletir por conta própria sobre as arquiteturas contemporâneas, adentrando-se, por sua vez, pelo futuro desconhecido.

A arquitetura no novo milênio

Se o ciclo da “arquitetura moderna” pode ser de alguma forma confiado à história, a cultura arquitetônica pode deixar de refletir sobre si própria e refletir antes sobre o cenário físico mundial. O novo ponto de partida não deve ser um enésimo balanço das experiências passadas, mas um julgamento objetivo de seu resultado total: a paisagem concreta, resultante de todas as intervenções ocorridas, as propostas inovadoras de todo gênero e as resistências contrapostas. O quadro que disso resulta é bem diferente dos programas teóricos, mas doravante deve substituí-los, para todo efeito, e tornar-se a base para o trabalho a ser desenvolvido no presente.

No intervalo de tempo considerado na *História da arquitetura moderna* — do último terço do século XVIII ao final do século XX —, a paisagem construída (“o conjunto das modificações introduzidas pelo homem sobre a superfície terrestre”¹) sofreu quatro transformações sucessivas, cujos efeitos se encontram combinados na paisagem de hoje:

1. O dismantelamento das estruturas de assentamento tradicionais, produzidas pelas sociedades antigas com as técnicas pré-industriais e as formalidades precedentes ao “novo regime” vigente no mundo industrial.

Nos países europeus em que o processo de industrialização começou, cultivou-se primeiramente a tentativa de “modernizar” cidades e zonas rurais suprimindo as normas tradicionais de controle, sem substituí-las por um quadro de normas novas. O fundo formado pelo ambiente natural parecia globalmente adquirido e inacessível aos novos recursos técnicos. O aparato dos artefatos antigos, excetuados alguns “monumentos” consagrados pela cultura, pelas instituições e pelos hábitos coletivos, foi considerado simplesmente um obstáculo a ser removido. Em vez disso, como sabemos há pouco tempo, as alterações do suporte natural comprometem as condições físicas restritas que tornam habitável a superfície terrestre; as destruições do cenário integrado formado pelo ambiente físico e pelos artefatos antigos ameaçam o equilíbrio entre memória individual e memória coletiva, colocando em risco a integridade do trabalho global de construção do ambiente humanizado, que dura desde a alvorada dos tempos.

1. W. Morris, “The Prospects of Architecture in Civilization”, conferência de 1881, in: *On Art and Socialism*, Londres, Purnell and Sons, 1947.



Fig. 1. As luzes noturnas, fotografadas do espaço, indicam aproximadamente a distribuição das paisagens artificiais construídas pelo homem sobre a superfície terrestre. Elaboração das imagens dos satélites DMSP (Defense Meteorological Satellite Program).



O esgotamento da *wilderness* — o ambiente natural já habitado pelo homem, mas inacessível ao homem “civilizado”² — acontece no decorrer do século XIX (fig. 2) e continua marginalmente ainda hoje, mas é, afinal, ultrapassado pelo reconhecimento dos efeitos planetários da industrialização, que modificam as características físicas de toda a superfície terrestre.

Esse evento, juntamente com a ruína total ou parcial do patrimônio edificado antigo, dará à urbanística moderna, que se forma a partir da metade do século XIX, o caráter de remédio *a posteriori*, parcial, à contracorrente, que permanece ainda hoje.

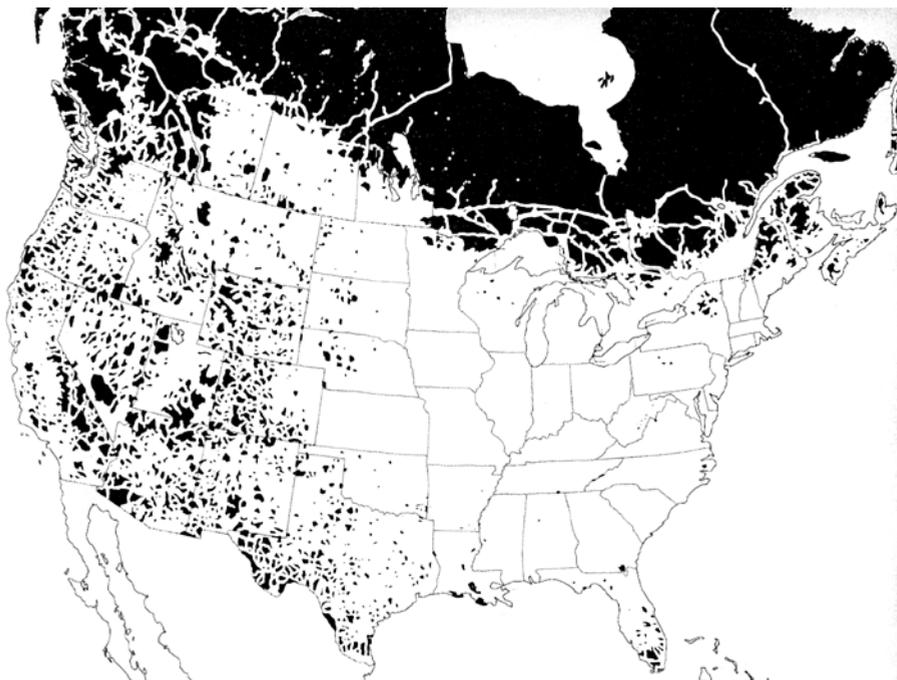


Fig. 2. A *wilderness* remanescente na América setentrional por volta da metade do século XX (por Tunnard & Pushkarev, *Man Made America*, 1963). Em preto, os lugares distantes mais de oito quilômetros das ferrovias, estradas de rodagem e águas navegáveis mais próximas.

A abordagem destrutiva do ambiente geográfico e histórico, ainda que gerada pela evolução cultural européia, coloca em perigo, antes de tudo, as características essenciais da mesma tradição européia: em particular, o equilíbrio entre iniciativas privadas e controles públicos, que é a base oscilante e durável dos esplêndidos organismos urbanos e paisagens tão admiradas ainda hoje (Veneza, Florença, Siena,

2. P. Johnson, “The End of Wilderness”, in: *The Birth of the Modern: World Society 1815-1830*, Nova Iorque, Harper Collins, 1991, cap. 3.

Bruges, Amsterdã, com os territórios naturais e cultivados que as circundam). A atual exigência de recuperá-los como lugares habitados, e não somente como cenários monumentais para serem admirados, tem como objetivo, sobretudo, recuperar o segredo de um equilíbrio que, mais do que nunca, nos é necessário, mas cujos instrumentos mentais e institucionais perdemos.

Depois da Europa, a modernização industrial ataca também outros países do mundo e colide não apenas com os cenários construídos pelos colonizadores europeus, que normalmente são as cópias feias daqueles da pátria mãe, mas com suas diferentes heranças antigas. Os estudos históricos recentes, estendidos às tradições de assentamento de todos os outros países do mundo, iluminam a unidade profunda da tradição arquitetônica mundial e sua estrutura compósita, produzida pelos acontecimentos históricos dos últimos dez mil anos.³ Mas esse nivelamento cultural custa a produzir um respeito efetivo aos patrimônios naturais e arquitetônicos em escala mundial. Sua destruição prossegue até hoje em larga escala.

A dispersão do passado começada há dois séculos ainda está em curso, e apenas recentemente se aprendeu a controlá-la e limitá-la. Um primeiro objetivo, em parte alcançado, é a salvaguarda dos resultados qualitativos emergentes, os “bens culturais”, estudados por uma literatura adequada e tutelados pelas instituições nacionais e internacionais. Todavia, o objetivo principal, ainda distante, é o equilíbrio do processo de acumulação dos artefatos humanos sobre a terra, sem limitações de tempo e lugar.

2. Um primeiro modelo de urbanização “moderno”, concebido por volta da metade do século XIX, mas ainda amplamente operante nos séculos XX e XXI, seja na Europa, seja no resto do mundo.

Suas características são:

— *uma partilha do solo urbano e territorial entre a administração pública e a propriedade fundiária privada.* A administração pública reserva para si uma parte menor — as pistas para as vias de comunicação, a infra-estrutura e os serviços — e fixa as normas legais para o uso de todo o resto, mas deixa que o ritmo, o planejamento e o retorno econômico das edificações caibam aos proprietários das áreas;

— *uma divisão do trabalho necessário para as intervenções em dois gêneros, o técnico e o artístico,* distintos na abordagem mental, na aprendizagem didática e nas formalidades administrativas. Seu pressuposto geral é a contraposição moderna entre as duas culturas, ressaltada e criticada de modo geral por Snow.⁴ No nosso campo, ambos os operadores — os técnicos e os artistas — são isentados de uma responsabilidade

3. É a tese proposta em L. Benevolo e B. Albrecht, *Le origini dell'architettura*, Roma/Bari, Laterza, 2002.

4. C. P. Snow, *The Two Cultures*, Cambridge, Cambridge University Press, 1959. Edição italiana: *Le due culture*, Milão, Feltrinelli, 1964. [Ed. bras.: *As duas culturas e uma segunda leitura*, São Paulo, Edusp, 1995.]

plena na construção do ambiente e têm à disposição um campo de escolhas especiais, circunscrito com cuidado. Os técnicos definem a estrutura de um artefato já vinculado, nas características essenciais, ao compromisso entre regras públicas, produtividade econômica e propriedade fundiária. Os artistas decidem as variantes da forma final, para que sejam compatíveis com a estrutura já fixada;

— *uma definição do repertório formal do qual extrair essas variantes* que inclui todos os modelos oferecidos pelas muitas épocas do passado e por todos os países, mas restringe tacitamente suas aplicações aos campos já descritos. A “perspectiva” herdada da cultura renascentista, incorporada aos processos de divisão fundiária e aos de cálculo estrutural, adquire um valor organizativo durável, e todas as linguagens históricas passadas são relidas em conformidade com ela. Essa utilização rompe a continuidade das tradições vigentes na Europa e nos outros países do mundo, e é a causa principal que produz tanto a desintegração dos repertórios quanto a destruição material dos cenários construídos em conformidade a eles.

O modelo até aqui descrito não é um programa teórico traduzido em prática, mas o resultado histórico de tendências culturais e econômicas heterogêneas e interagentes. A divisão das tarefas entre a administração pública e a propriedade privada resolve uma discussão anterior entre as hipóteses completamente liberistas, sustentadas por Spencer e pelos opositores das reformas sanitárias descritas no capítulo II da *História da arquitetura moderna*, e as hipóteses completamente autoritárias dos utopistas arrolados no primeiro subcapítulo do capítulo VI. Essa divisão de tarefas desloca os limites sobre os quais se detém o impulso dirigista da nova direita ilustrada nas décadas de 1850 e 1860 (cap. III). Haussmann vence o embate com o empresário Laffitte sobre o abastecimento hídrico de Paris, e o fornecimento de água fica adquirido “entre as obras de urbanização primária” que dizem respeito à administração pública; perde o confronto com o presidente do Conselho de Estado, Baroche, sobre a aquisição pública das áreas edificáveis às margens das novas estradas, e a mais-valia do produto das obras de urbanização fica assegurada aos proprietários. Esse segundo resultado, fixado em 1858, tem uma importância fundamental, porque dá à renda fundiária urbana uma nova relevância, rompendo o equilíbrio das relações com as administrações coletivas, próprio da tradição européia da baixa Idade Média em diante. Ele deixa necessariamente em déficit a gestão pública do território, que permanece praticável quase somente nas épocas de conjuntura ascendente, como os dois períodos entre 1850-1870 e 1890-1910.

A separação das duas culturas projetuais, a técnica e a artística, nasce da bifurcação da cultura renascentista nos séculos XVII e XVIII, e já se realizou, com suas conseqüências práticas e didáticas, na primeira fase da revolução industrial. O compromisso político da metade do século XIX restringe as margens de liberdade em ambos os setores e torna mais rigorosa sua separação por mais de um século. O ecletismo, que resolve a polêmica entre os estilos totalizantes da primeira metade

do século XIX, impõe-se quando surge o interesse em estabilizar essa ordem de escolhas, que tem um papel importante no compromisso da nova gestão urbana.

Esse modelo logo produz o resultado exemplar da transformação de Paris de 1853 a 1869, e torna-se dominante em todo o mundo europeizado (fig. 3). O desenho das frentes edificáveis, defrontando-se com os tecidos preexistentes, as destrói parcialmente na Europa e as faz desaparecer completamente noutros lugares. As contradições econômicas e funcionais requerem um empenho adicional da mão do Estado para zerar as contas e para completar a oferta habitacional a favor das classes mais fracas. Mas onde o empenho público é insuficiente — como acontece, sobretudo, nos países não-europeus —, o modelo funciona somente para uma parte menor e privilegiada da cidade. No restante, generaliza-se a ocupação ilegal do solo que caracteriza tantas cidades do Terceiro Mundo, de que se falará no ponto 4.

3. Um segundo modelo de urbanização, baseado na experiência dos reparos ao primeiro modelo já ocorrida entre os dois séculos e colhida pelo movimento moderno no primeiro pós-guerra como método alternativo de gestão de território.

Suas características, contrapostas àquelas do precedente, podem ser expostas como segue, em uma ordem diversa:

— *uma nova abordagem integral da projeção do ambiente construído*, que rejeita a distinção entre as duas abordagens tradicionais, a técnica e a artística. Essa diretriz foi frequentemente proclamada em termos tradicionais como uma extensão do

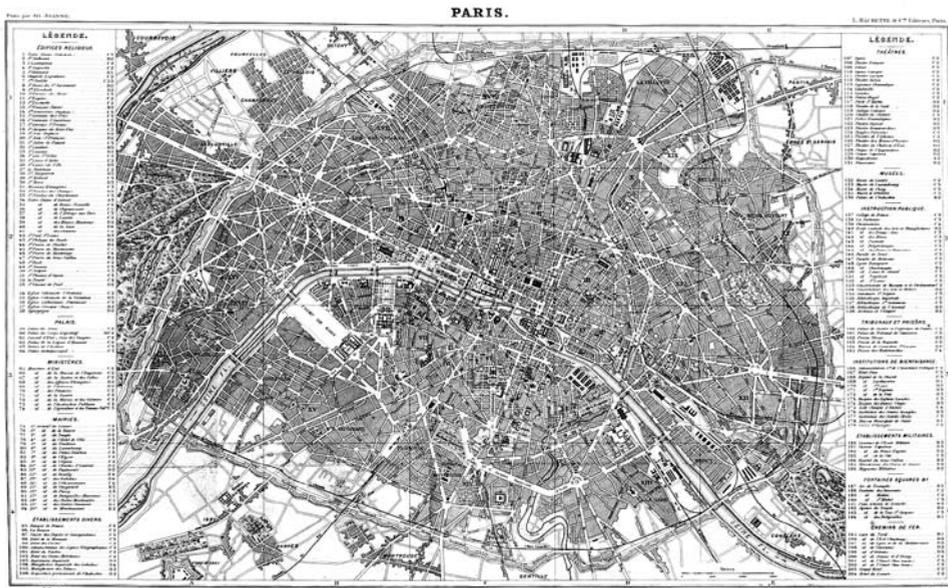


Fig. 3. Planta de Paris depois do ciclo dos trabalhos de Haussmann (1873).

método científico no campo da arquitetura ou como uma revisão artística de todo o repertório das formas correntes. Os mestres da arquitetura moderna recusaram-se a ser artistas ou técnicos no sentido tradicional, e evocaram um tipo diferente de profissional, que, pertencente à “terceira cultura” desejada por Snow, concilia a liberdade do artista com a objetividade e o tom prosaico do técnico;

— *um campo novo e mais vasto de escolhas formais*, não dependente dos modelos do passado e livre da sujeição às regras da perspectiva. Nele se reúnem as experiências das vanguardas pictóricas das duas primeiras décadas do século XX, que, encerrando o ciclo da pintura tradicional, tornam-se parte integrante da pesquisa arquitetônica como definida acima. Nos discursos ideológicos dos anos 20, o novo repertório foi considerado antitético àqueles do passado. Na aplicação concreta, tornou-se antes uma ampliação, que inclui os modelos do passado alterando suas motivações. Faz cair o eclecismo do final do século XIX, com seu caráter sistemático que pretende exaurir todo o repertório do passado e simplifica as escolhas nesse repertório, rebaixando-as à esfera individual. Mas torna possível uma recuperação mais verdadeira do patrimônio passado, em âmbito histórico e em âmbito projetual. A nova arquitetura encarrega-se do inteiro cenário construído; as sugestões formais de cada época tornam-se necessárias para alimentar a projeção moderna, e a intervenção nos contextos já caracterizados por repertórios passados exige — em nome do princípio de objetividade — que estes sejam levados em justa consideração;

— *uma nova divisão das tarefas, entre a administração pública e os outros operadores, articulada no tempo, mais que no espaço*. A área a ser transformada pode ser adquirida pela autoridade pública pela duração do processo de transformação, organizada e equipada com todas as obras necessárias, e, depois disso, as partes edificáveis são vendidas aos agentes públicos e privados a um preço que permite recuperar todas as despesas de aquisição e de infra-estrutura, tornando a operação auto-suficiente e respeitando o regime privado dos territórios antes e depois da intervenção. A completa disponibilidade do terreno por um período limitado abre a possibilidade de realizar um novo desenho urbano, cientificamente controlado e livremente imaginado.

Esse procedimento — que nasce no final do século XIX para a realização da construção civil pública e simplificada, corretivos parciais às dificuldades do modelo precedente — é entendido pelo movimento moderno como método alternativo geral de urbanização e aplicado em larga escala no primeiro e no segundo pós-guerra. Ele reapresenta uma experiência já realizada com sucesso na tradição medieval européia e continuada sobretudo na Holanda, onde os terrenos para a ampliação das cidades desde o século XVI devem ser previamente drenados e arrumados sob os cuidados das administrações locais. Chega assim a realizar, com instrumentos modernos, um equilíbrio de tarefas entre iniciativas privadas e controle público comparável àquele antigo. Reabre à nova arquitetura o campo da projeção em